



Relatório de Gestão

2023

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	4
3. ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO	11
• ASSEMBLEIA MUNICIPAL	11
• CÂMARA MUNICIPAL.....	12
4. CARATERIZAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL	14
4.1 EDUCAÇÃO	14
4.2 PATRIMÓNIO CULTURAL/HISTÓRICO	15
4.3 CULTURA / DESPORTO E TEMPOS LIVRES.....	15
4.4 AÇÃO SOCIAL E SAÚDE.....	16
4.5 TURISMO E ATIVIDADES ECONÓMICAS.....	17
4.6 PROTEÇÃO CIVIL.....	17
4.7 REQUALIFICAÇÃO URBANA.....	18
4.8 HABITAÇÃO/PLANEAMENTO URBANÍSTICO.....	18
5. CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	19
QUADRO 1 – TRABALHADORES POR CARGO/CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VÍNCULO E GÉNERO	19
6. CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	20
6.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL GLOBAL	21
6.1.1 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO ORÇAMENTO.....	22
6.1.2 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	23
6.2 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS.....	25
6.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	27
6.3.1 EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL	27
6.3.2 EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP’S)	32
6.4 INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE	33
6.4.1 RÁCIOS DE ESTRUTURA.....	33
6.4.2 RÁCIOS DE GESTÃO.....	33
7. CONTABILIDADE PATRIMONIAL: ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	34
7.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (DR).....	34
7.2 BALANÇO	36
7.3 CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO.....	39
7.4 CONTABILIDADE DE GESTÃO (NCP 27).....	41
7.5 SANEAMENTO FINANCEIRO	45
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46

1. Introdução

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública. A reestruturação da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Decorrente deste processo, haverá ainda nos exercícios futuros, trabalhos a desenvolver, para otimizar a contabilidade às novas normas de contabilidade pública, bem como, a definição de interpretações por parte da Comissão de Normalização Contabilística com aplicação à situação específica das Autarquias Locais, evidenciando que os trabalhos de implementação do novo sistema contabilístico (SNC-AP).

É de salientar ainda que à data, não são conhecidos quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo ou materialmente relevante nas decisões económicas tomadas com base nas presentes demonstrações financeiras.

2. Enquadramento Macroeconómico

Portugal foi das economias que mais cresceu em 2023 entre 27 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), ficando em quinto lugar com uma variação do PIB de 2,3%, segundo uma análise daquela organização intergovernamental.

A economia portuguesa superou inclusivamente a média da União Europeia e da Zona Euro, ambas com uma variação do PIB de 0,5%, e da OCDE (1,6%), **tendo sido apenas ultrapassada pela Costa Rica (5,1%), México (3,1%), Estados Unidos (2,5%) e Espanha (2,5%).**

De salientar que, embora Portugal esteja entre os cinco países com maior crescimento do PIB, a evolução da economia arrefeceu significativamente de 6,8%, em 2022, para 2,3%, em 2023.

As estimativas anuais iniciais indicam que o crescimento do PIB da OCDE abrandou para 1,6% em 2023, em comparação com 2,9% em 2022, num contexto de inflação subjacente mais elevada na área da OCDE.

Entre os 27 países da OCDE, 10 registaram uma contração do PIB em 2023, com a Estónia a registar a maior contração (-3,0%). Em 14 países, o crescimento abrandou, mas manteve-se positivo.

Apenas três economias registaram um crescimento superior em 2023 face ao ano anterior: Costa Rica (5,1%, em 2023, em comparação com 4,6% em 2022), os Estados Unidos (2,5% face a 1,9%) e o Japão (1,9% em comparação com 1%).

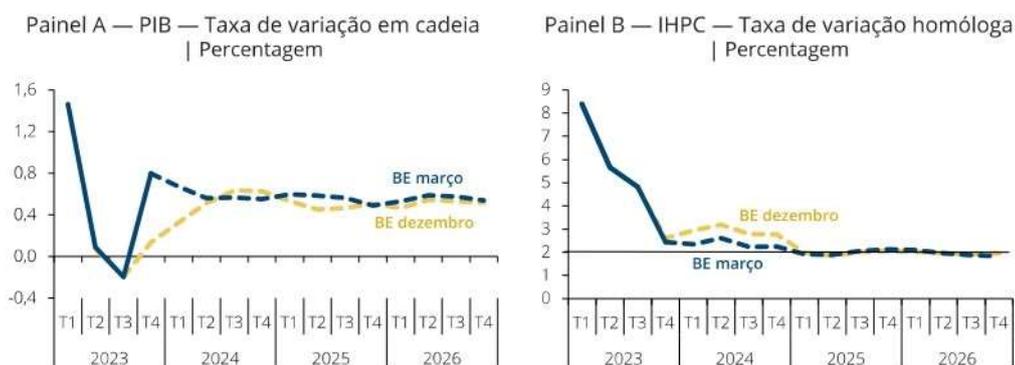
Numa análise global, **considera-se que as taxas de crescimento trimestrais do PIB da OCDE permaneceram em baixo nos últimos dois anos.** No grupo dos sete países mais industrializados (G7), o crescimento trimestral em cadeia do PIB abrandou ligeiramente para 0,4% no quarto trimestre de 2023", em comparação com 0,5% no período anterior.

Entre as economias do G7 que registaram um crescimento negativo no quarto trimestre de 2023, os fatores variaram. No Reino Unido, a queda das exportações de

serviços (-6,0%) foi o principal obstáculo ao crescimento. No Japão, o PIB contraiu-se principalmente devido a uma retração do investimento (-0,3%), do consumo privado (-0,2%) e do consumo público (-0,1%), que foram parcialmente compensados por um aumento de 11,3% nas exportações de serviços, sobretudo devido ao turismo. Na Alemanha, o declínio acentuado do investimento na construção e em máquinas e equipamentos levou o PIB para valores negativos.

Perspetivando o futuro, o crescimento anual da economia portuguesa deverá situar-se em 2% em 2024 e 2,3%, em média, nos períodos 2025-2026. A atividade económica deverá continuar a apresentar um crescimento superior ao da área do euro, com um dinamismo próximo do potencial, não obstante um enquadramento caracterizado por um crescimento da procura externa mais fraco e condições financeiras mais desfavoráveis face aos dos anos anteriores à pandemia. A inflação deverá continuar a diminuir, para 2,4% em 2024, 2% em 2025 e 1,9% em 2026. O comportamento mais favorável que o esperado da atividade em 2023 refletiu, em larga medida, a resiliência do mercado de trabalho. O emprego continuou a aumentar, sustentado na elevada criação de novos postos de trabalhos, com ganhos nos setores mais bem remunerados. A taxa de desemprego manteve-se baixa, situando-se próxima dos valores de 2019, tal como o número de alojamentos familiares com indivíduos desempregados. Esta evolução, conjugada com um crescimento dos salários reais, teve contrapartida na situação financeira das famílias, tendo-se registado ganhos do rendimento disponível real nos últimos três anos. O investimento continuou a crescer, mantendo-se a trajetória de redução da dívida pública e privada. A resiliência da economia portuguesa, uma economia aberta e fortemente integrada na UE, é um fator distintivo da conjuntura recente. Esta resiliência reflete a manutenção das condições de estabilidade financeira, orçamental e institucional. Entre os fatores estruturais de sustentação do crescimento num contexto mais adverso, destaca-se também a competitividade revelada pelas empresas portuguesas e a melhoria continuada das qualificações da população.

A atividade económica recuperou no último trimestre de 2023, crescendo 0,8% em cadeia após dois trimestres de estagnação. A recuperação foi mais notória no consumo privado e nas exportações, beneficiando da melhoria da procura externa. No período 2024–2026, a atividade beneficia dos efeitos da menor inflação, do impacto expansionista das medidas adotadas no OE–2024 e da aceleração prevista para a procura externa. Estes fatores suportam também uma evolução favorável do mercado de trabalho, projetando-se aumentos adicionais do emprego, após os máximos atingidos em 2023, e uma estabilização do desemprego. O crescimento económico reflete também o contributo da maior execução financeira esperada do PRR e dos restantes fundos europeus. O impacto negativo da restritividade das condições monetárias e financeiras sobre a atividade continuará a fazer-se sentir, mas com menor intensidade, nos próximos anos.



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Nota: As linhas a tracejado correspondem aos valores projetados nos BE de dezembro de 2023 e março de 2024.

A **inflação** continuou a reduzir-se no final de 2023 e terá estabilizado no primeiro trimestre de 2024, projetando-se que atinja valores próximos de 2% a partir do início de 2025. Ao longo de 2024, a inflação será afetada por efeitos temporários sobre as componentes mais voláteis. Os preços dos bens alimentares aumentaram em janeiro, devido ao término do IVA zero, uma medida temporária. A componente energética também aumenta na primeira metade do ano, devido à subida do preço da eletricidade em janeiro e a efeitos de base. A inflação deverá continuar a diminuir ao longo de 2024, refletindo a transmissão desfasada da redução dos custos das matérias-

primas e bens intermédios e as menores pressões inflacionistas internas associadas ao impacto da política monetária. O deflator do PIB, que aproxima as pressões oriundas dos salários e das margens de lucro, deverá apresentar um crescimento mais moderado em 2024 e nos anos seguintes, após ter aumentado 7,2% em 2023. A aceleração em 2023 resultou de um maior contributo dos custos do trabalho, refletindo a recuperação do poder de compra dos salários. As menores pressões internas, a par do crescimento inferior a 2% esperado para os preços de importação, asseguram a convergência da inflação para valores consistentes com a estabilidade de preços.

Os riscos subjacentes às projeções futuras são em baixa para a atividade e equilibrados para a inflação. Os riscos de origem externa que poderão restringir o crescimento da economia estão relacionados com uma escalada de tensões geopolíticas e o seu impacto sobre a confiança, os fluxos comerciais e os preços das matérias-primas, um menor crescimento da procura externa, num contexto de fragmentação do comércio mundial, e um impacto mais pronunciado do aperto verificado nas condições monetárias e financeiras. Mantêm-se os riscos de origem interna associados a um cenário de incerteza na condução da política económica e a atrasos na execução dos fundos europeus. No caso da inflação, existem riscos em alta associados a perturbações nos mercados energéticos, que são mitigados pela possibilidade de um maior impacto desinflacionista das decisões passadas de política monetária. O crescimento da economia portuguesa será baseado no investimento e nas exportações, situando-se acima do projetado para a área do euro. O crescimento do PIB em Portugal excedeu o da área do euro nos últimos anos e deverá manter-se superior nos próximos anos. Este diferencial reflete o maior crescimento do investimento, suportado pelas entradas de fundos europeus, e o desempenho relativo mais favorável das exportações. Não obstante o forte abrandamento dos mercados externos em 2023, a competitividade das empresas portuguesas continuou a refletir-se em ganhos de quota, o que contrasta com o observado na área do euro. A diminuição do endividamento dos vários setores institucionais, para rácios em

percentagem do PIB próximos dos registados na área do euro, contribui para a maior resiliência da economia num contexto de taxas de juro mais elevadas do que as observadas nos anos pré-pandemia. O crescimento económico em Portugal deverá continuar a ser consistente com a manutenção dos equilíbrios macroeconómicos fundamentais em termos de contas públicas e de contas externas.

O **consumo privado** cresce, em média, 1,9% no período 2024–2026, num contexto de ganhos de rendimento disponível real e aumento da poupança. Estima-se que o rendimento disponível real das famílias, após um aumento de 1,9% em 2023, cresça 4% em 2024 e 1,9% em 2025–2026. Estes ganhos estão associados à descida da inflação e à dinâmica dos salários e das prestações sociais. A redução dos impostos diretos contribuirá também para o aumento do rendimento disponível em 2024–2025. Em 2024, o crescimento contido do consumo privado face ao do rendimento e o aumento da taxa de poupança refletem a necessidade e oportunidade de constituição de almofadas financeiras num contexto de taxas de juro elevadas. Para as famílias endividadas, as taxas de juro mais elevadas implicarão um ajustamento em baixa das despesas de consumo. As famílias sem dívida e com riqueza acumulada beneficiarão de maiores rendimentos das suas aplicações financeiras, mas o impacto sobre o consumo agregado tenderá a ser moderado tendo em conta a sua menor propensão a consumir e o incentivo à poupança associado às taxas de juro mais elevadas. Em 2025–2026, o consumo cresce em linha com o rendimento disponível, estabilizando a taxa de poupança em valores superiores aos do período pré-pandemia. Estes valores da poupança, conjugados com a fraqueza do investimento residencial, traduzem-se num aumento da capacidade de financiamento das famílias, que deverá continuar a ser parcialmente canalizada para a amortização de dívida.

O **investimento** irá acelerar em 2024–2026, reagindo à recuperação da procura global, ao alívio gradual das condições de financiamento e ao maior impulso dos fundos europeus. Em 2023, a FBCF cresceu 2,4%, penalizada pelo aumento das taxas de juro e pelo abrandamento da procura interna e externa. A componente empresarial aumentou 1,5%, o investimento residencial reduziu-se em 1%, enquanto se observou

um aumento significativo do investimento público. O investimento empresarial deverá recuperar dinamismo, verificado pelo aumento da percentagem líquida de empresas industriais que tencionam aumentar o investimento em 2024. Nos anos futuros, o peso do investimento empresarial no PIB deverá atingir valores historicamente elevados e superiores aos da área do euro. Este é um fator crucial para assegurar a convergência em termos de produtividade, rendimento per capita e bem-estar face a economias mais avançadas. O investimento público deverá apresentar um crescimento em torno de 11% em 2024–2025 e 2,5% em 2026.

Estima-se que as **exportações** cresçam 3,6%, em média, em 2024–2026, mantendo-se como um dos principais motores do crescimento. O seu contributo para a variação do PIB neste período será de 0,9 pp, em média, comparando com contributos de 0,4 pp do investimento e de 0,7 pp do consumo privado. Nos próximos anos, o crescimento das exportações reflete a evolução da procura externa e ganhos de quota de mercado, mais moderados do que os do período recente. Este desempenho positivo dos exportadores nacionais no período da projeção prolonga uma trajetória favorável observada desde a crise da dívida soberana. Em 2023, o crescimento de 4,2% das exportações totais foi sustentado pela componente de serviços, refletindo o impacto da recuperação pós-pandemia do turismo mundial, enquanto a componente de bens estagnou. Perspetiva-se um crescimento anual da componente de serviços de 4% em 2024–2025 e de 3,3% em 2026. Em 2024, o turismo deverá manter um dinamismo superior ao do total das exportações. As perspetivas para o setor a nível mundial mantêm-se favoráveis e, num contexto de elevados riscos geopolíticos, as exportações de serviços deverão continuar a beneficiar da perceção de Portugal como destino turístico seguro. As exportações de bens deverão recuperar, crescendo 3,2% em 2024 e 3,7%, em média, nos anos seguintes. Projeta-se um crescimento médio das importações de bens e serviços similar ao das exportações em 2024–2026 e ganhos ligeiros dos termos de troca, o que tem implicações favoráveis para o saldo externo. O **mercado de trabalho** deverá continuar a evoluir favoravelmente, com aumentos do emprego e dos salários reais. Os aumentos projetados para o emprego dão

continuidade à trajetória ascendente desta variável nos últimos 10 anos. O número de postos de trabalho na economia atingiu um máximo de 4,6 milhões em 2023, correspondendo a um aumento de 11% face a 2019. Neste período, quase metade dos empregos foram criados em indústrias de média/alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento, onde os salários se situam acima da média da economia. Projetam-se taxas de crescimento do emprego de 0,7% em 2024 e 0,5% em 2025–2026. Do lado da procura, os inquéritos de conjuntura às empresas mostram um aumento das expectativas de emprego no início do ano. Relativamente à oferta de trabalho, espera-se que os fluxos líquidos de imigração e o aumento da taxa de atividade continuem a mais do que compensar o saldo natural negativo. A taxa de desemprego deverá manter-se estável em 6,5%. Em 2023, o desemprego de longa duração atingiu os valores mais baixos da última década, o mesmo acontecendo com o número de desempregados que recebem subsídio de desemprego. Estes indicadores sinalizam um mercado de trabalho mais flexível e adaptável, consistente com menores dificuldades de empregabilidade. Após um aumento de 8% em 2023, o salário médio da economia deverá crescer 4,4% em 2024 e 3,8% em 2025–2026.

Concluído, importa referir que relativamente à economia portuguesa, espera-se que continue a crescer nos próximos anos, impulsionada pelo investimento estrangeiro, pelo turismo e pela exportação de bens e serviços. No entanto, é importante considerar os desafios que o país enfrenta, como a dívida pública elevada, o envelhecimento da população e a necessidade de aumentar a produtividade e a inovação.

A nível mundial, a economia também enfrenta vários desafios. A rápida evolução da tecnologia e a automação estão a alterar os modelos de negócio e a criar novas oportunidades, mas também a ameaçar empregos tradicionais. Além disso, as questões ambientais, como as alterações climáticas, estão a ganhar cada vez mais destaque, com a necessidade de uma transição para uma economia mais sustentável. Outro fator importante é a geopolítica global, com tensões comerciais e políticas entre

as grandes potências, que podem afetar o comércio internacional e a economia global como um todo.

Em suma, a perspetiva futura da economia portuguesa e mundial é incerta, mas existem oportunidades para o crescimento económico, desde que sejam tidos em especial atenção os desafios mencionados, como a dívida, o envelhecimento da população, a tecnologia e as questões ambientais.

3. Órgãos do Município

- **Assembleia Municipal**

Neste capítulo detalha-se os eleitos locais para a Assembleia Municipal no mandato autárquico vigente:

Nome	Cargo
Amândio Manuel Ferreira Melo	Presidente
Artur Alberto Mendes Elvas	1º Secretário
Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira	2ª Secretária
António Manuel Cardoso Marques	Membro da Assembleia
Acácio Bernardo Nunes Dias	Membro da Assembleia
Luís António Pinto de Almeida	Membro da Assembleia
Telma Alexandra Nave Neves de Matos	Membro da Assembleia
Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho	Membro da Assembleia
Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar	Membro da Assembleia
José Carlos Bonifácio Alves	Membro da Assembleia
David Augusto Canelo	Membro da Assembleia
Margarida Saraiva Paiva	Membro da Assembleia
Patrícia Isabel de Elvas Eusébio	Membro da Assembleia
Humberto José Geraldês Barroso	Membro da Assembleia
João André Botão dos Santos	Membro da Assembleia
Hugo Adolfo dos Santos Taborda	Membro da Assembleia
Silvério Gavinhos Quelhas	Membro da Assembleia
Joaquim Luís Nunes Adolfo	Membro da Assembleia
Carlos Manuel Teixeira Amaro	Membro da Assembleia

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal (mandato 2021/2025)

- **Câmara Municipal**

Neste capítulo detalha-se os eleitos locais para a Câmara Municipal no mandato autárquico vigente:

Nome	Função
António Pinto Dias Rocha	Presidente da Câmara Municipal
Paulo Gabriel Esteves Borralhinho	Vice-Presidente
André Filipe Reis Rosa Correia	Vereador
José Pereira Carrola Mariano	Vereador
Carlos Alberto Duarte Afonso	Vereador

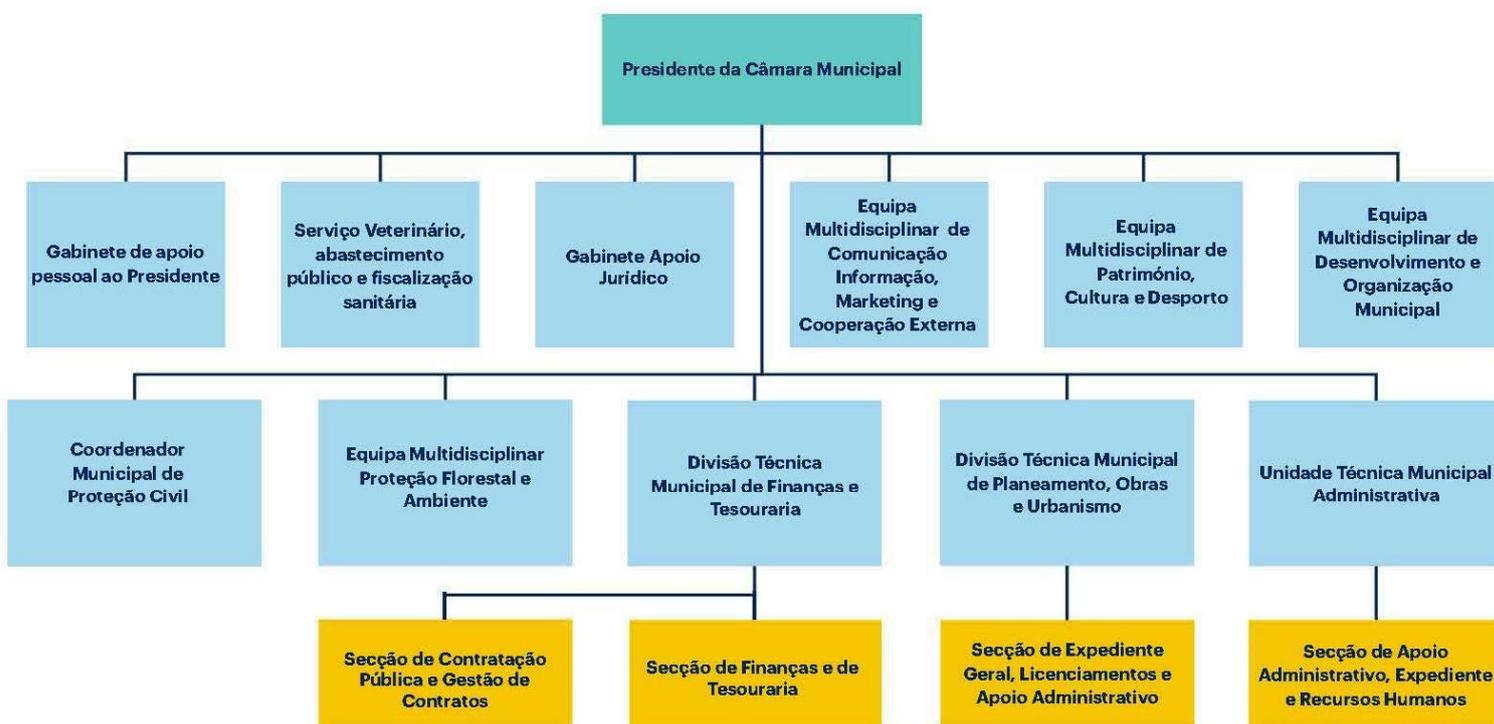
Quadro 2: Composição da Câmara Municipal (mandato 2021/2025)

- **Estrutura Orgânica**

A Estrutura dos serviços do Município de Belmonte rege-se por um conjunto de princípios base de funcionamento dos serviços, participação dos munícipes, respeito pela hierarquia dentro dos serviços, eficácia dos atos e procedimentos administrativos, boa coordenação de serviços e racionalização dos circuitos administrativos, de modo a desburocratizar o trabalho.

Era a seguinte Estrutura Orgânica vigente, durante o ano de 2023:

BELMONTE
ORGANOGRAMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE



4. Caracterização da Atividade Municipal

Ainda sobre os efeitos provocados pelas crises sucessivas que tem colocado o Mundo sob diversas ameaças, o ano 2023, é também caracterizado pelo fim de um quadro comunitário, o Portugal2020, e o início de um novo quadro, o Portugal 2030, que em muito condicionou a atividade Municipal.

Foi também um ano em que se prepararam vários projetos, alguns lançados no ano em análise, outros a lançar durante o ano 2024, os quais se encontram inscritos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano 2024.

No ano 2023, destacamos a conclusão de algumas obras que se mostram de especial importância para o Município de Belmonte, como foi o caso da Requalificação do Centro Escolar de Belmonte e as obras de Requalificação Urbana.

A conclusão do Plano Diretor Municipal e a Estratégia Local, revertem-se de grande importância para o futuro, para o desenvolvimento e progresso do Concelho e são ferramentas imprescindíveis para que possamos candidatar os projetos estratégicos que possam contribuir para a fixação de empresas e pessoas, por forma a contrariar a crise demográfica, que tem levado à desertificação humana e territorial do nosso Município e também da Região em que se insere.

4.1 Educação

No que diz respeito à área de educação destaca-se a aprovação do financiamento da Centro Escolar de Belmonte e a candidatura para as Obras de Requalificação dos Edifícios da Sede do Agrupamento de Escolas Pedro Alves Cabral de Belmonte, cujo investimento se estima em cerca de 1 milhão de euros, tendo sido priorizado para efeitos de comparticipação por parte do PRR.

O projeto em causa foi candidatado ao aviso nº CENTRO-I7-2022-06, inserido no mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030 - Prioridade de Investimento: 10.5 Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação

e ensino - infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino pré escolar, básico e secundário) e visa a melhoria das condições de energéticas, nomeadamente o isolamento exterior dos edifícios mais antigos, que tem cerca de 50 anos, a instalação de painéis fotovoltaicos, a substituição das caixilharias existentes, colocação de isolamentos em coberturas. Os edifícios escolares serão ainda alvo de reorganização funcional dos circuitos e acessibilidade no exterior e interior. A cozinha será objeto de intervenções de modernização do espaço, bem como de modernização do equipamento.

4.2 Património Cultural/Histórico

Procedeu-se à abertura de procedimento para adjudicação da empreitada e iniciou-se a execução da mesma, relativa à Recuperação e Conservação da Torre Centum Cellas e Construção do respetivo Centro Interpretativo.

Esta obra está a ser cofinanciada pelo Centro2020 e face à necessidade da operação ter que passar para além de 31 de dezembro de 2023, parte do investimento irá ser financiado pelo Portugal2030. Prevê-se a sua inauguração em abril de 2024.

A candidatura relativa ao Castelo de Belmonte foi executada da qual constam obras de conservação da Torre de Menagem, instalação de um Núcleo Museológico e iluminação interior do referido monumento.

4.3 Cultura / Desporto e Tempos Livres

Na área da cultura, foram levados a efeito e apoiados em eventos, quer pela Câmara Municipal quer pelo Projeto Esperança - Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 4G), cuja entidade promotora é o Município de Belmonte, nas várias freguesias do concelho. As principais ações promovidas e apoiadas foram as Festas do Concelho de 2023, o Trail dos Descobrimentos e a Feira Medieval.

4.4 Ação Social e Saúde

Continuamos a apoiar as nossas populações mais desfavorecidas, nomeadamente os seniores, através dos apoios constantes no Cartão Social +.

Foram também atribuídos apoios no âmbito do Regulamento de Apoio à Natalidade.

Apoiamos as nossas famílias no âmbito do Regulamento de Apoio às Famílias e o Regulamento “Nascer no Concelho” e do Regulamento do 1º Enxoval, através do reforço de verbas a atribuir.

Continuamos a apoiar o projeto “Oficina Domiciliária”, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Belmonte.

Prestou-se apoio técnico às populações e instituições, no âmbito da terapia da fala, psicologia e reabilitação, bem como o processo de atendimento (Técnicos de Ação Social) quinzenal às populações, através de serviços de proximidade nas respetivas Freguesias.

Apoiamos as famílias mais desfavorecidas através do Programa de Emergência Alimentar.

Continuou a decorrer o Projeto Esperança CLDS 4G, cuja entidade promotora é o Município de Belmonte e a entidade executora é a Misericórdia de Belmonte, o qual permitiu a realização e financiamento de algumas atividades de carácter recreativo e cultural em todo o território do Município. O programa CLDS-4G tem como objetivo promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social num determinado território, mobilizando para o efeito, localmente, a ação integrada de diversos agentes e recursos.

No início do mês de abril de 2023 iniciou-se a execução da transferência de competências na área social, por parte do Município.

Passaram para a esfera municipal, entre outras, o serviço de atendimento e acompanhamento social, que têm como objetivo, apoiar e acompanhar as pessoas mais vulneráveis e que se encontrem em situação de exclusão e emergência social e o núcleo local de inserção que gere a atribuição do rendimento social de inserção.

No âmbito do aviso nº14/C01-i01/2023 do PRR, foi submetida uma candidatura destinada requalificar os edifícios dos centros de saúde de Belmonte e Caria, aumentando a eficiência

energética, cumprindo os planos de contingência, assegurando acessibilidades, a segurança e o conforto de utentes e profissionais.

4.5 Turismo e Atividades Económicas

Na área do turismo procedeu-se à candidatura dos projetos que visam a melhoria e modernização dos diversos espaços museológicos municipais, de modo a criar mais ofertas e novas perspetivas, visando aumentar o número de visitantes ao nosso Concelho.

Em relação à área de acolhimento empresarial, considerando a possibilidade de não podermos cumprir as metas de execução até final do ano em curso, que coincide com a conclusão do Portugal 2020, decidimos que a candidatura passe para o próximo quadro comunitário de apoio, designado por Portugal 2030.

O contrato de empreitada foi resolvido e o projeto, vai sofrer algumas alterações de modo a compatibilizá-lo, com requisitos pedidos pelo Portugal 2030, em termos de sustentabilidade.

4.6 Proteção Civil

Na proteção civil continuou-se a dar apoio às duas Equipas de Intervenção Permanente, que se encontram sediadas na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Belmonte, bem como com a atribuição de subsídios à Instituição.

Foi assegurada a prontidão da equipa de proteção civil.

Nos domínios da prevenção e avaliação de riscos e vulnerabilidades promove-se a avaliação dos riscos que possam afetar o Município e a proposta de medidas de segurança face aos riscos inventariados, bem como a difusão, quando emitidos, de alerta às entidades de proteção civil.

Nos domínios do planeamento e de apoio às operações, a realização de ações de sensibilização para questões de segurança, nomeadamente junto da comunidade escolar;

Nos domínios da logística e comunicações, a inventariação e registo dos meios e recursos existentes no Concelho, com interesse para as operações de proteção e socorro bem como o apoio logístico necessário à sustentação dessas operações de proteção e socorro;

Nos domínios da sensibilização e informação pública, a difusão, quando aplicável, de avisos, orientações e procedimentos a ter perante a população.

4.7 Requalificação Urbana

A obra de Recuperação Urbana da Zona Histórica de Belmonte, Iluminação Exterior e Interior Sénica do Castelo e Requalificação das Zonas das Capelas junto ao Castelo de Belmonte, Igreja Matriz de Belmonte e Av. Dr Mário Soares, está em fase final de conclusão tendo sido financiada através do Portugal 2020.

Ainda em relação à Requalificação Urbana de Espaços Municipais, depois de aprovado o financiamento pela CCDR Centro, dos Projetos de Requalificação do Telhado da Tulha dos Cabrais (Ecomuseu do Zêzere), Requalificação das coberturas das Capelas de Santo António e Calvário e Recuperação de Muros em Olas e no Estádio Municipal, iremos proceder ao lançamento dos respetivos procedimentos de contratação pública.

4.8 Habitação/Planeamento Urbanístico

Na estratégia local de habitação e após a aprovação pelo IHRU e a assinatura do protocolo deu-se início ao processo conducente a melhoria das condições das habitações inseridas naquele plano municipal.

No âmbito de uma candidatura promovida pela CIMBSE, o Município de Belmonte procedeu à elaboração de projetos para requalificação de diversos imóveis municipais que irão ser colocados no mercado de arrendamento a preços acessíveis com vista a promover uma nova política de habitação.

Em relação à revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte encontra-se finalmente aprovado.

A Carta Educativa do Belmonte foi devidamente atualizada e após parecer positivo da Delegação Regional da Educação do Centro, aprovada.

5. Caracterização dos Recursos Humanos

O quadro que se segue apresenta a distribuição do pessoal em exercício de funções na Autarquia de Belmonte por cargo/carreira e o género durante o ano de 2023.

RECURSOS HUMANOS		Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	H	1		1			2	4
	M	1	1					2
	T	2	1	1	0	0	2	6
Contrato por tempo indeterminado	H		6	11	26	1	1	45
	M		17	24	24			65
	T		23	25	50	1	1	100
Contrato por tempo certo	H		1					1
	M		3					3
	T		4	0	0	0	0	4
Outros	H				1			1
	M		1					1
	T		1	0	1	0	0	2
Total		2	29	26	51	1	3	112

Quadro 1 – Trabalhadores por cargo/carreira, segundo a modalidade de vínculo e género

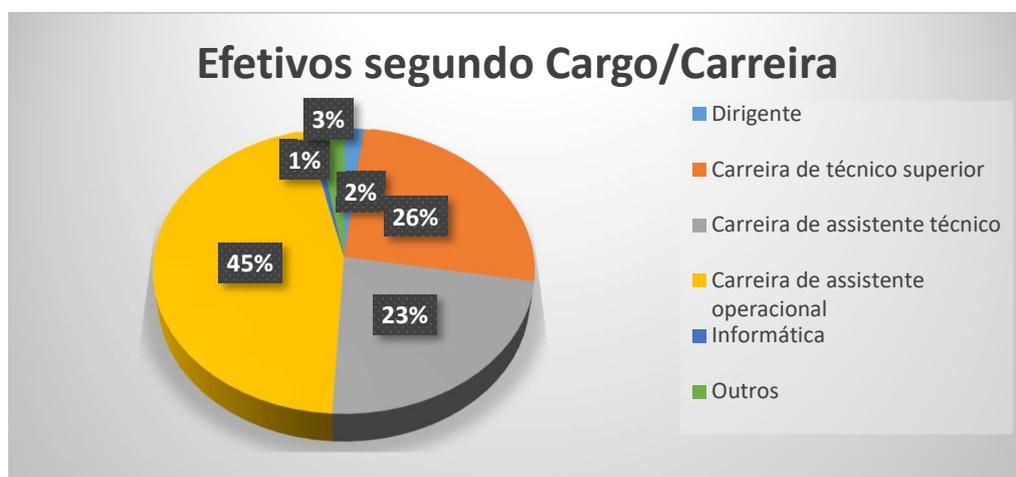


Gráfico 1- Trabalhadores por cargo/carreira, Segundo a modalidade de vínculo e género

No total de trabalhadores distribuídos pelos vários grupos profissionais verifica-se uma clara predominância da carreira de Assistente Operacional com 51 trabalhadores (45%). A carreira com a segunda maior representatividade é a de Técnico Superior com 29 Trabalhadores (26%), seguido da carreira de Assistente Técnico com 26 trabalhadores (23%). Estes grupos destacam-se e atingem quase a totalidade dos efetivos, conforme ilustra o Gráfico 1. Verifica-se ainda que em relação ao total de trabalhadores do ano anterior (2022), houve uma diminuição de 5 trabalhadores.

6. Contabilidade Orçamental

A análise da execução orçamental visa demonstrar a eficácia do município na arrecadação das receitas e na realização das despesas. Os valores relativos à execução orçamental do ano 2023 encontram-se evidenciados no mapa de fluxos de caixa da prestação de contas, cujo mapa resumo se transcreve no quadro seguinte.

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Saldo da Gerência Anterior	331 973,90	Despesas Orçamentais	10 344 324,67
Operações Orçamentais	153 475,89	Despesas Correntes	7 550 908,28
Operações de Tesouraria	178 498,01	Despesas de Capital	2 793 416,39
Receitas Orçamentais	10 362 431,34	Despesas de Operações de Tesouraria	50 285,10
Receitas Correntes	8 599 368,71		
Receitas de Capital	1 761 977,63	Saldo para a Gerência Seguinte	350 775,44
Outras Receitas	1 085,00	Operações Orçamentais	171 582,56
Receitas de Operações de Tesouraria	50 979,97	Operações de Tesouraria	179 192,88
Total Geral	10 745 385,21	Total Geral	10 745 385,21

Quadro 2 – Fluxos de Caixa Resumo de 2023

Conforme apresentado no Quadro 2, a execução orçamental da receita e da despesa superou os 10,7 milhões de euros, apurando-se um saldo de gerência seguinte de aproximadamente 350 mil euros.

6.1 Análise da Execução Orçamental Global

A análise da execução orçamental permite aferir com rigor a capacidade de as autarquias locais procederem com eficácia à arrecadação das receitas, bem como a eficiência na aplicação das dotações orçamentais na realização das despesas, baseada em obrigações contratuais e nas opções políticas assumidas pelos órgãos executivo e deliberativo.

Por forma a demonstrar a evolução da execução orçamental global dos últimos 4 anos, procedeu-se à elaboração do Quadro e Gráfico Seguintes, com a identificação das receitas e despesas, correntes e de capital.

Descrição	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Receitas Orçamentais	9 021 494	11 883 694	9 466 745	10 362 431
Receitas Correntes	7 151 626	7 580 304	8 080 031	8 599 369
Receitas de Capital	1 825 598	4 301 238	1 225 509	1 761 978
Outras Receitas	925	2 152	1 049	1 085
Saldo da Gerência Anterior	43 345	0	160 156	0
Despesas Orçamentais	8 884 831	11 860 201	9 313 269	10 344 325
Despesas Correntes	6 942 017	7 936 275	7 363 010	7 550 908
Despesas de Capital	1 942 814	3 923 926	1 950 259	2 793 416

	2020	2021	2022	2023
Receitas Orçamentais	9 021 494	11 883 694	9 466 745	10 362 431
Despesas Orçamentais	8 884 831	11 860 201	9 313 269	10 344 325

Quadro 3 – Evolução da Receita vs Despesa (2020-2023)

Da análise do Quadro 3, verifica-se que as Receitas Orçamentais quer correntes, quer de capital aumentaram em relação ao ano anterior.

A execução da despesa tende a acompanhar a execução das receitas, verificando-se, no entanto, que nos anos 2020, 2022, foi utilizado o “Saldo da Gerência Anterior - de execução orçamental”, apenas durante o ano de 2021 e no ano em análise não foi utilizado qualquer valor do saldo de gerência anterior.

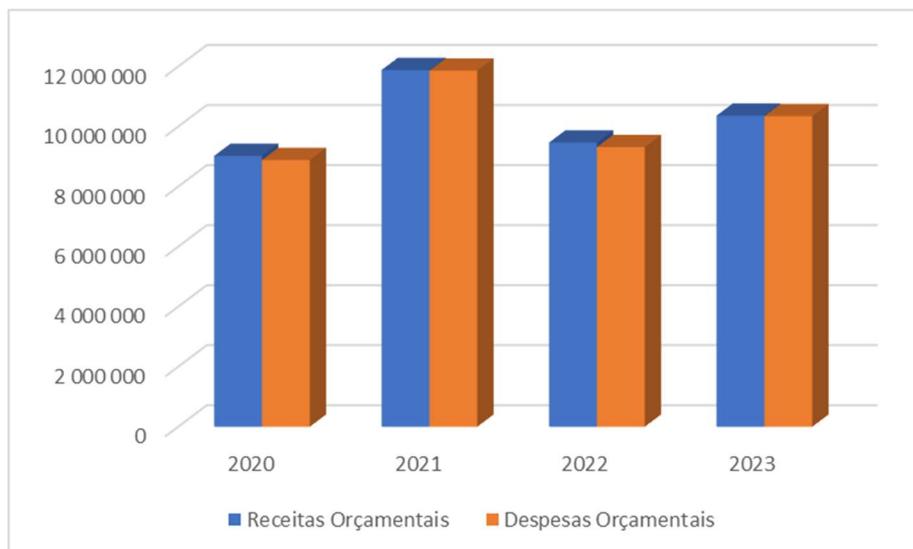


Gráfico 2 – Evolução das Receitas e Despesas, correntes e de capital

6.1.1 Resumo da Execução Orçamental do Orçamento

Descrição	Ano 2022			Ano 2023		
	Dotações Corrigidas	Execução	Grau de Execução	Dotações Corrigidas	Execução	Grau de Execução
Total de Receitas Orçamentais	10 846 043	9 466 745	87,28%	12 611 098	10 362 431	82,17%
Receitas Correntes	9 253 336	8 080 031	87,32%	9 638 685	8 599 369	89,22%
Receitas de Capital	1 431 501	1 225 509	85,61%	2 817 313	1 761 978	62,54%
Outras Receitas	1 049	1 049	100,00%	155 101	1 085	0,70%
Saldo da Gerência Anterior	160 156	160 156	100,00%	0	0	0,00%
Total de Despesas Orçamentais	10 846 043	9 313 269	85,87%	12 611 098	10 344 325	82,03%
Despesas Correntes	8 192 070	7 363 010	89,88%	8 550 124	7 550 908	88,31%
Despesas de Capital	2 653 973	1 950 259	73,48%	4 060 974	2 793 416	68,79%

Quadro 4– Grau de Execução Orçamental

O Quadro 4 reflete de forma resumida a execução percentual do orçamento, evidenciando que durante os dois últimos anos, o Município de Belmonte executou o orçamento em conformidade com os normativos legais em vigor, com uma taxa de execução orçamental global acima dos 82%.

O n.º 3 do art.º 56º do da Lei nº 73/2013, de 03/09, prevê que “no caso de o município

registrar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respectivo inferior a 85%” sejam informadas pela DGAL, nos termos do n.º 1 do mesmo artigo “os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte”.

No ano de 2023, relativamente às receitas correntes, a autarquia conseguiu um grau de execução de cerca de 89% das previsões corrigidas das receitas, valor próximo aos 62% registados nas receitas de capital.

A menor execução das receitas de capital resulta da não arrecadação da totalidade das previsões relativas a participações comunitárias, não dependendo exclusivamente da ação direta dos órgãos e serviços do município.

No que respeita ao grau de execução das despesas correntes e de capital, verifica-se que registam respetivamente 88,31% e 68,79%.

6.1.2 Equilíbrio Orçamental

A regra orçamental de maior importância para os municípios é o do equilíbrio orçamental, consagrado no artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 03/09, estabelecendo que o Orçamento deve prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. No seu nº 1 menciona que: “Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.”

No Quadro 5 procede-se à demonstração do cumprimento do equilíbrio orçamental corrente para os anos 2020 a 2023, com exceção do ano de 2021, demonstrando que as Receitas Correntes foram superiores às Despesas Correntes

Descrição	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Receitas Correntes	7 151 626	7 580 304	8 080 031	8 599 369
Despesas Correntes	6 942 017	7 936 275	7 363 010	7 550 908
Saldo Corrente da Execução Orçamental	209 609	-355 971	717 021	1 048 460

Quadro 5 – Demonstração do Equilíbrio Corrente 2020-2023

O n.º 3 do art.º 40º do da Lei nº 73/2013, de 03/09 (RFALEI) refere que uma autarquia “pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte”.

Mas, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) determina que no apuramento do equilíbrio orçamental corrente deverão ser consideradas as amortizações médias de empréstimos, conforme disposições previstas no nº 2º do art.º 40º da referida lei, que determina que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos”.

O RFALEI não efetua qualquer referência legal ao equilíbrio orçamental na execução do orçamento. No entanto, considerando as disposições legais para a elaboração do orçamento, subentende-se que a referida obrigação legal é extensiva à execução do mesmo.

Assim sendo, foi considerado o valor da amortização média de empréstimos, previsto no art.º 83º do RFALEI, o montante de 239.642,40€.

De forma a avaliar o cumprimento do Equilíbrio Orçamental, previsto no n.º 2 do art.º 40º do RFALEI procedeu-se à elaboração do Quadro 6.

Descrição	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Receitas Correntes	7 151 626	7 580 304	8 080 031	8 599 369
Despesas Correntes	6 942 749	7 936 275	7 363 010	7 550 908
Amortização média de empréstimos	249 382	239 253	239 428	239 642
Saldo Corrente da Execução Orçamental	-40 504	-595 224	477 593	808 818

Quadro 6 – Apuramento do Equilíbrio Orçamental Corrente 2023 (RFALEI)

Conforme demonstrado no Quadro 6 verifica-se que o Município de Belmonte cumpriu, na sua execução orçamental, com a regra de equilíbrio orçamental, prevista no n.º 2 do art.º 40º do RFALEI, recuperando o equilíbrio com o valor 808 mil euros.

6.2 Análise da Execução Orçamental das Receitas

De forma a demonstrar a evolução da execução orçamental das receitas, apresenta-se primeiramente, o Gráfico 2 e o Gráfico 3, desagregando as rubricas por capítulos da receita, quer correntes quer de capital, respetivamente.



Gráfico 2 – Distribuição da Receita Corrente, por Capítulo

A análise ao gráfico 2 evidencia a elevada dependência do Município de Belmonte, na arrecadação de receitas correntes, receitas relativas a transferências correntes, nomeadamente das transferências do OE.

À semelhança do sucedido para as receitas correntes, apesar da alteração da distribuição das transferências do OE no âmbito do RFALEI, as transferências de capital também constituem uma das principais fontes das receitas de capital. Convém também referir o peso dos passivos financeiros, influenciado, essencialmente pela contração do empréstimo de curto prazo.

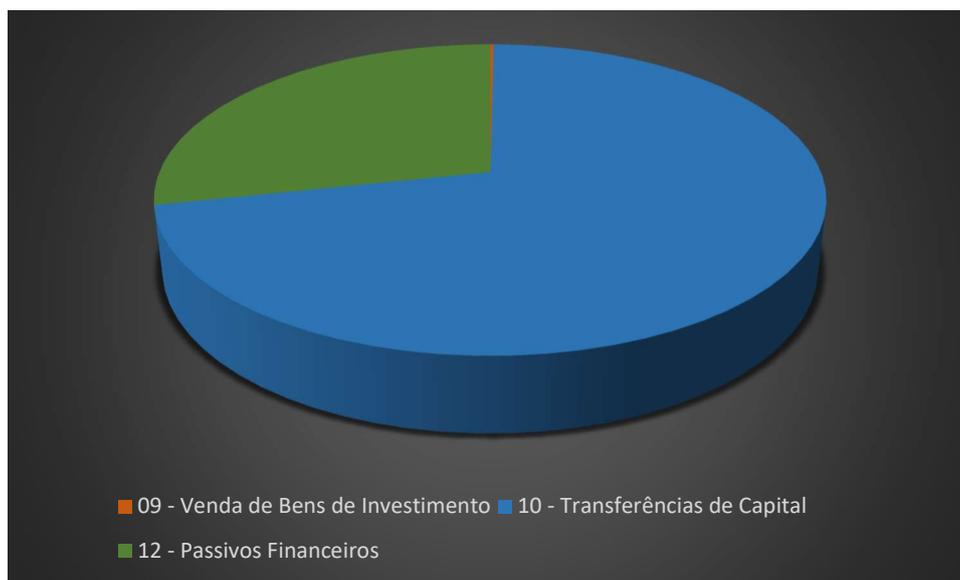


Gráfico 3 – Distribuição da Receita de Capital, por Capítulo

O Quadro 7 demonstra a evolução das receitas no período 2020-2023, verificando-se um crescente aumento ao longo deste período. As receitas correntes oscilaram acima dos 8 milhões, quer em 2022 quer em 2023.

Descrição	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Receitas Orçamentais				
01 - Impostos Diretos	785 465	882 574	1 090 192	1 069 762
02 - Impostos Indiretos	0	0	0	0
04 - Taxas, multas e outras penalidades	26 056	25 954	44 764	30 954
05 - Rendimentos de Propriedades	5 086	5 167	45 264	120 258
06 - Transferências Correntes	4 648 329	5 067 670	5 088 131	5 239 484
07 - Vendas de bens e serviços correntes	1 663 464	1 523 872	1 783 466	1 691 014
08 - Outras Receitas Correntes	23 225	75 066	28 214	447 897
Total de Receitas Correntes	7 151 625	7 580 303	8 080 031	8 599 369
09 - Venda de Bens de Investimento	11 206	0	20 000	3 315
10 - Transferências de Capital	1 127 543	1 164 329	705 509	1 258 663
12 - Passivos Financeiros	686 849	3 136 909	500 000	500 000
Total de Receitas de Capital	1 825 598	4 301 238	1 225 509	1 761 978
15 - Reposições Não Abatidas aos Pagamentos	925	2 152	1 049	1 085
16 - Saldo da Gerência Anterior	43 345	0	160 156	0
Total de Outras Receitas	44 270	2 152	161 205	1 085
Total das Receitas	9 021 493	11 883 693	9 466 745	10 362 431

Quadro 7 – Evolução da Execução da Receita 2020-2023

No que respeita às receitas de capital, verifica-se maior oscilação dos valores arrecadados, em 2021, devido principalmente à rubrica “Passivos Financeiros” com a contração do Saneamento Financeiro. Comparando em relação ao ano 2022 verificou se um ligeiro aumento em 2023.

6.3 Análise da Execução Orçamental da Despesa

6.3.1 Execução da Despesa Corrente e de Capital

De forma a demonstrar a evolução da execução orçamental das despesas, apresenta-se primeiramente, o Gráfico 4 e o Gráfico 5, desagregando as rubricas por capítulos da despesa, quer de correntes quer de capital, respetivamente.

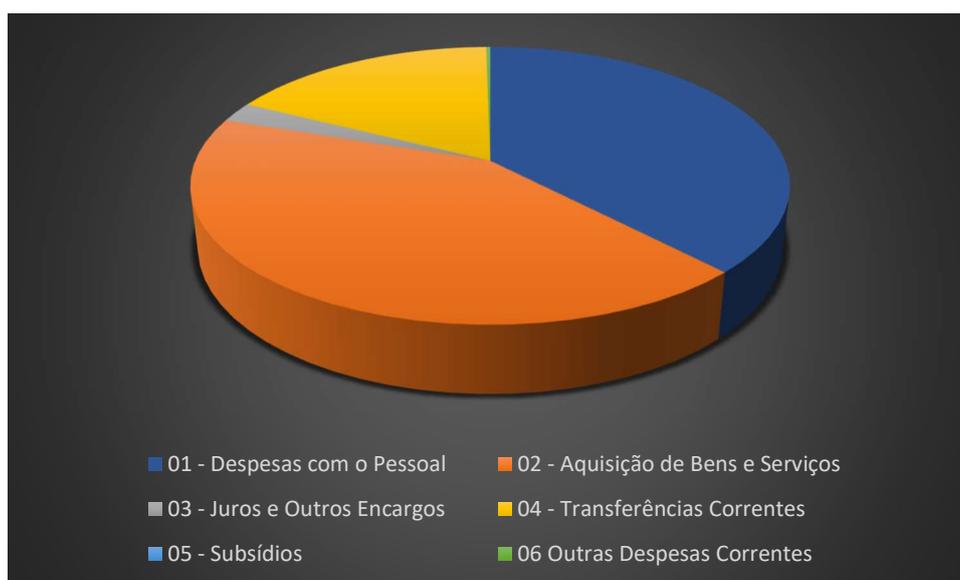


Gráfico 4 – Distribuição da Despesa Corrente, por capítulo

A análise ao gráfico 4 evidencia a maior percentagem de gastos com a “Aquisição de Bens e Serviços”, nomeadamente com “Trabalhos Especializados”; “Combustíveis”; “Distribuição de Refeições Escolares”; “Transportes Escolares”; “Aquisição de Serviços em alta de Abastecimento de Água, Saneamento e RSUs; e, ainda, “Energia Elétrica” e “Conservação de Bens”.

Em suma, conclui-se que de acordo com o Quadro seguinte, a realização de despesas com o Plano de Atividades tem maior impacto nas funções de “Administração Geral”; Ensino não Superior”; “Abastecimento de Água” e “Resíduos Sólidos”, que representam mais de 5 milhões de euros do Total das Despesas com o Plano de Atividades.

Descrição	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Total das Funções Gerais	3 724 027	3 796 791	3 998 853	3 897 045
111 - Administração Geral	3 589 866	3 559 952	3 803 596	3 729 125
121 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	134 162	236 839	195 257	167 920
Total das Funções Sociais	2 423 853	2 501 621	2 618 029	2 630 511
210 - Educação	0	0	0	0
211 - Ensino não Superior	580 040	576 013	586 586	612 268
212 - Serviços Complementares de Ensino	193 095	231 594	238 651	373 221
220 - Saúde	21 638	38 580	51 168	31 770
232 - Ação Social	203 762	137 224	155 463	148 190
241 - Habitação	0	0	0	0
242 - Ordenamento do Território	0	0	49 532	11 280
243 - Saneamento	178 526	262 217	198 715	165 786
244 - Abastecimento de Água	445 218	476 618	598 040	383 357
245 - Resíduos Sólidos	166 456	309 865	360 245	432 476
246 - Prot. Meio Ambiente e Conserv. Natureza	0	0	269	6 974
251 - Cultura	416 997	293 165	304 913	270 311
252 - Desporto, Recreio e Lazer	218 121	176 345	74 447	194 877
253 - Outras Atividades, Cívicas e Religiosas	0	0	0	0
Total das Funções Económicas	74 627	114 086	241 541	232 712
310 - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	5 166	3 100
320 - Indústria e Energia	74 627	114 086	139 487	93 529
331 - Transportes Rodoviários	0	0	46 887	5 038
340 - Comércio e Turismo	0	0	0	0
341 - Mercados e Feiras	0	0	0	0
342 - Turismo	0	0	0	0
350 - Outras Funções Económicas	0	0	50 000	131 045
Total das Outras Funções	1 538 693	3 602 922	1 501 208	1 895 034
410 - Operações da Dívida Autárquica	1 073 874	3 168 978	1 031 563	1 177 776
420 - Transferências entre Administrações	464 819	433 944	469 645	717 258
Total das Despesas com o Plano de Atividades	7 761 200	10 015 420	8 359 630	8 655 301

Quadro 8 – Grandes Opções do Plano de Atividades por funções

Mas, à semelhança do realizado para a despesa corrente o Gráfico 5 apresenta o impacto das Despesas de Capital, verificando que o maior volume se encontra na rubrica de Aquisição de Bens de Capital, justificado essencialmente pela execução dos projetos incluídos no Plano Plurianual de Investimentos, seguindo -se da rubrica “Passivos Financeiros”, devido principalmente com a contratação do Saneamento Financeiro em 2021.

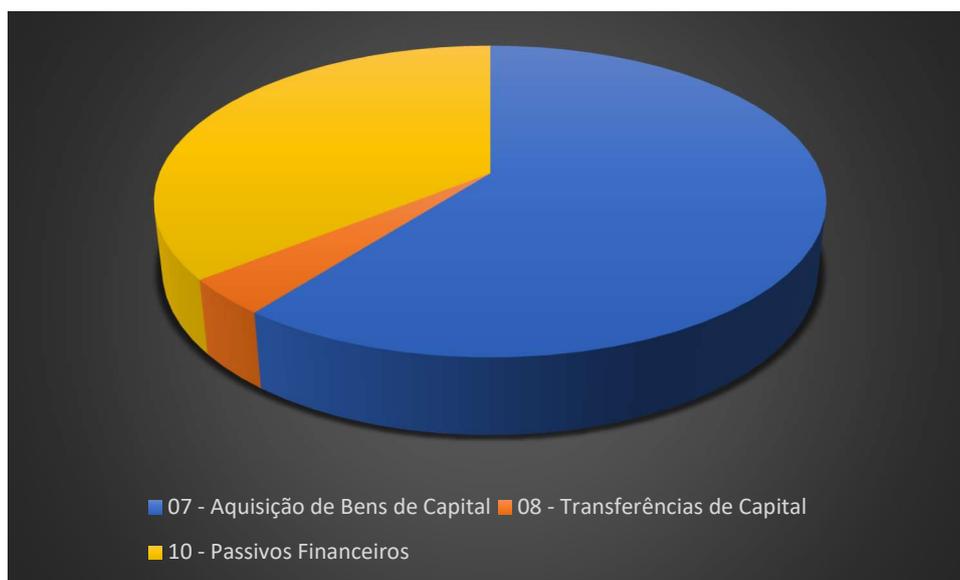


Gráfico 5 – Distribuição da Despesa de Capital, por capítulo

O Quadro 9 apresenta a evolução da execução orçamental da despesa corrente no período de 2020 a 2023. Verificando-se que o total das despesas correntes oscilou entre 6 milhões e os 7 milhões de euros no período de 2020 a 2023. Quanto às despesas de capital, observa-se um aumento substancial no ano de 2021, com maior % de execução.

Descrição	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Despesas Orçamentais				
01 - Despesas com o Pessoal	2 278 594	2 493 372	2 647 923	2 857 711
02 - Aquisição de Bens e Serviços	3 460 922	4 197 732	3 700 755	3 193 271
03 - Juros e Outros Encargos	173 699	98 391	90 742	177 892
04 - Transferências Correntes	922 106	1 107 607	909 712	1 302 004
05 - Subsídios	86 380	32 030	0	0
06 Outras Despesas Correntes	20 316	7 144	13 878	20 030
Total de Despesas Correntes	6 942 017	7 936 276	7 363 010	7 550 908
07 - Aquisição de Bens de Capital	1 099 416	2 231 279	963 889	1 688 910
08 - Transferências de Capital	62 768	83 682	39 564	104 622
09 - Ativos Financeiros	11 972	0	5 986	0
10 - Passivos Financeiros	768 658	1 608 965	940 821	999 884
Total de Despesas de Capital	1 942 814	3 923 926	1 950 259	2 793 416
Total das Despesas	8 884 831	11 860 202	9 313 269	10 344 325

Quadro 9 – Evolução da Execução da Receita 2020-2023

Em suma, conclui-se que de acordo com o Quadro seguinte, a realização de despesas com o Plano de Investimentos teve maior impacto nas funções de “Ensino não Superior”; “Indústria e Energia”; “Turismo”, representando cerca de 1,2 mil milhões de euros do Total das Despesas de Investimento.

Descrição	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Total das Funções Gerais	330 192	590 866	220 768	86 780
111 - Administração Geral	330 192	590 866	220 768	86 780
121 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	0	0	0	0
Total das Funções Sociais	263 334	801 375	235 226	509 711
210 - Educação	0	0	0	0
211 - Ensino não Superior	52 312	182 721	98 100	289 640
212 - Serviços Complementares de Ensino	0	0	0	0
220 - Saúde	0	2 926	1 347	40 590
232 - Ação Social	1 529	0	0	0
241 - Habitação	0	0	0	0
242 - Ordenamento do Território	108 045	420 885	24 237	16 696
243 - Saneamento	0	59 540	6 977	0
244 - Abastecimento de Água	6 950	0	36 832	10 497
245 - Resíduos Sólidos	27 776	5 289	0	0
246 - Prot. Meio Ambiente e Conserv. Natureza	21 727	90 251	34 725	77 669
251 - Cultura	29 214	18 656	0	25 336
252 - Desporto, Recreio e Lazer	4 802	21 107	33 009	49 284
253 - Outras Atividades, Cívicas e Religiosas	10 979	0	0	0
Total das Funções Económicas	532 716	455 447	507 895	1 092 418
310 - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	5 154
320 - Indústria e Energia	350 866	317 258	287 711	400 899
331 Transportes Rodoviários	44 916	32 249	133 296	174 103
340 - Comércio e Turismo	0	0	0	0
341 - Mercados e Feiras	0	0	0	0
342 - Turismo	136 934	105 940	39 935	510 673
350 - Outras Funções Económicas	0	0	46 953	1 590
Total das Outras Funções	0	0	0	0
410 - Operações da Dívida Autárquica	0	0	0	0
420 - Transferências entre Administrações	0	0	0	0
Total das Despesas com o Plano de Investimentos	1 126 242	1 847 688	963 889	1 688 910

Quadro 10 – Grandes Opções do Plano de Investimento por Funções

6.3.2 Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's)

Descrição	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Total das Funções Gerais	4 054 219	4 387 657	4 219 621	3 983 825
111 - Administração Geral	3 920 058	4 150 818	4 024 364	3 815 905
121 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	134 162	236 839	195 257	167 920
Total das Funções Sociais	2 687 187	3 302 996	2 853 255	3 140 222
210 - Educação	0	0	0	0
211 - Ensino não Superior	632 352	758 734	684 686	901 908
212 - Serviços Complementares de Ensino	193 095	231 594	238 651	373 221
220 - Saúde	21 638	41 506	52 514	72 360
232 - Ação Social	205 291	137 224	155 463	148 190
241 - Habitação	0	0	0	0
242 - Ordenamento do Território	108 045	420 885	73 769	27 976
243 - Saneamento	178 526	321 757	205 692	165 786
244 - Abastecimento de Água	452 168	476 618	634 871	393 854
245 - Resíduos Sólidos	194 232	315 154	360 245	432 476
246 - Prot. Meio Ambiente e Conserv. Natureza	21 727	90 251	34 994	84 643
251 - Cultura	446 211	311 821	304 913	295 647
252 - Desporto, Recreio e Lazer	222 923	197 452	107 456	244 161
253 - Outras Atividades, Cívicas e Religiosas	10 979	0	0	0
Total das Funções Económicas	607 343	569 533	749 435	1 325 130
310 - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	5 166	8 254
320 - Indústria e Energia	425 493	431 344	427 198	494 428
331 - Transportes Rodoviários	44 916	32 249	180 183	179 141
340 - Comércio e Turismo	0	0	0	0
341 - Mercados e Feiras	0	0	0	0
342 - Turismo	136 934	105 940	39 935	510 673
350 - Outras Funções Económicas	0	0	96 954	132 635
Total das Outras Funções	1 538 693	3 602 922	1 501 208	1 895 034
410 - Operações da Dívida Autárquica	1 073 874	3 168 978	1 031 563	1 177 776
420 - Transferências entre Administrações	464 819	433 944	469 645	717 258
Total das Despesas com as GOP's	8 887 442	11 863 108	9 323 519	10 344 211

Quadro 11 – Grandes Opções do Plano por Funções

Conforme demonstrado no Quadro anterior, a realização de despesas com o Plano de Atividades e o Plano Plurianual de Investimentos na sua globalidade, o Município distribui,

essencialmente, os seus gastos pelas “Funções Gerais” e pelas “Funções Sociais”

6.4 Indicadores Gerais de Atividade

Os rácios de estrutura, gestão, investimento e produtividade caracterizam o desenvolvimento das atribuições e competências do órgão executivo na prossecução do interesse público, na satisfação das necessidades coletivas dos munícipes, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras, atribuídas ao Município.

6.4.1 Rácios de Estrutura

Este tipo de rácios permite evidenciar o peso de determinados elementos da receita ou despesa no seu total. O Quadro 12 apresenta a evolução deste tipo de rácios para o período de 2020 a 2023.

Rácios de Estrutura em %	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Impostos Diretos / Receitas Correntes	11%	12%	13%	12%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	65%	67%	63%	61%
Transferências de Capital / Receitas de Capital	62%	27%	58%	71%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	38%	73%	41%	57%
Receitas Correntes / Receitas Totais	80%	64%	85%	82%

Quadro 12 – Rácios de Estrutura, 2020-2023

Da análise aos rácios de estrutura destaca-se o facto de no ano 2023 as transferências correntes e de capital terem um peso substancial nas receitas correntes de capital, respetivamente.

6.4.2 Rácios de Gestão

Este tipo de rácios permite evidenciar a relação entre as receitas e despesas correntes e de capital, respetivamente, bem como o peso das despesas de pessoal na execução orçamental.

Rácios de Estrutura em %	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Despesas Correntes / Receitas Correntes	97%	105%	91%	88%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	106%	91%	159%	159%
Despesas com o Pessoal / Receitas Correntes	32%	33%	33%	33%
Despesas com o Pessoal / Despesas Correntes	33%	31%	36%	38%
Despesas com o Pessoal / Despesa Total	26%	21%	28%	28%

Quadro 13 – Rácios de Gestão, 2020-2023

Da análise dos rácios, pode-se verificar a significativa importância que as Despesas de Capital têm para a gestão desta autarquia, dado representarem, no ano de 2023, 159% das Receitas de Capital.

7. Contabilidade Patrimonial: Análise Económico-Financeira

A análise da situação económico-financeira da autarquia reveste-se de especial importância para uma correta avaliação da gestão realizada pelo órgão executivo. Esta análise permite avaliar o impacto da gestão orçamental, apreciada no ponto anterior, nas demonstrações financeiras do município, nomeadamente na identificação do cumprimento do limite de endividamento legalmente estabelecido.

Os principais documentos que compõem as demonstrações financeiras são a Demonstração de Resultados (DR) e o Balanço, incidindo essencialmente a presente análise sobre os valores inscritos nestes documentos.

7.1 Demonstração de Resultados (DR)

A DR permite identificar a distribuição anual dos “Gastos” e dos “Rendimentos”, em resultado da gestão autárquica realizada essencialmente no exercício em apreço. Apesar de ser um documento de carácter anual regista informação resultante de anos anteriores, da execução de outros exercícios, nomeadamente no que respeita às amortizações do exercício e aos subsídios para investimento, incluídos nos Proveitos e ganhos extraordinários.

Descrição	Períodos		%
	Ano 2023	Ano 2022	Var.
Rendimentos e Gastos			
Impostos, contribuições e taxas	1 087 589	1 139 127	-4,52%
Vendas	165 899	192 668	-13,89%
Prestações de serviços e concessões	751 992	686 525	9,54%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	9 602	0	100,00%
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 301 820	5 262 762	0,74%
Variações nos inventários da produção	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-454 642	-549 883	-17,32%
Fornecimentos e serviços externos	-3 216 809	-3 392 962	-5,19%
Gastos com pessoal	-2 730 528	-2 631 447	3,77%
Transferências e subsídios concedidos	-1 474 509	-822 140	79,35%
Prestações sociais	0	0	0,00%
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-23 503	80 338	-129,25%
Provisões (aumentos/reduções)	88 198	-30 825	-386,12%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0,00%
Outros rendimentos	1 415 587	1 357 273	4,30%
Outros gastos	-62 719	-188 261	-66,69%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	681 581	1 103 174	-38,22%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 847 167	-1 704 797	8,35%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0,00%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0,00%
Juros e gastos similares suportados	-226 500	-112 649	101,07%
Resultados antes de Impostos	-1 392 087	-714 266	94,90%
Imposto sobre o rendimento	0	0	0,00%
Resultado Líquido do Exercício	-1 392 087	-714 266	94,90%
Resultado Líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe	0	0	0,00%
Interesses que não controlam	0	0	0,00%
	-1 392 087	-714 266	94,90%

Quadro 14 – Variação das Rubricas Gerais da DR entre 2022 e 2023

O Quadro 14 demonstra a comparação dos valores globais da Demonstração de Resultados dos anos 2023 e 2022, constatando-se que o resultado líquido teve um aumento em cerca de 677,8 mil euros, passando de aproximadamente de 714 mil euros negativos no ano 2022 para

aproximadamente 1,392 Milhões de euros negativos em 2023.

Na rubrica “Gastos com Pessoal” verifica-se um ligeiro aumento em 2023 relativamente 2022, de aproximadamente 99 mil euros, correspondendo a um aumento de 3,77%.

Relativamente às rubricas de “Fornecimentos e Serviços Externos” e “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, estas registaram uma diminuição de 5,19% e uma diminuição de 17,32% respetivamente, em relação ao ano de 2022.

No que diz respeito à rúbrica “Juros e gastos similares suportados”, verificou-se um aumento significativo de 101,07%, correspondendo a aproximadamente 113,8 mil euros.

Verifica-se uma diminuição na rúbrica de “Outros gastos”, e um ligeiro aumento na rubrica de “Gastos de depreciação e amortização”.

No que respeita aos rendimentos, regista-se o aumento das receitas provenientes de algumas rúbricas, nomeadamente nas “Transferências e subsídios correntes obtidos”, “Prestações de Serviços e concessões” e “Outros rendimentos”.

Em relação às diminuições, verificou se uma diminuição na rubrica Impostos, Contribuições e taxas” e “Vendas” em relação ao ano de 2022.

7.2 Balanço

O Balanço do Município de Belmonte não evidência grandes alterações estruturais de 2022 para 2023, conforme se apresenta no Quadro 15.

Descrição	Período		%
	Ano 2023	Ano 2022	Var.
Ativo			
Ativo não corrente	32 197 211	31 997 088	0,63%
Ativos fixos tangíveis	31 735 178	31 594 718	0,44%
Ativos intangíveis	42 064	40 843	2,99%
Participações financeiras	419 968	361 527	16,17%
Ativo corrente	1 625 528	2 217 633	-26,70%
Inventários	16 558	16 558	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	208 961	235 895	-11,42%
Estado e outros entes públicos	20 009	421 959	-95,26%
Outras contas a receber	1 007 840	1 194 441	-15,62%
Diferimentos	21 386	16 806	27,25%
Caixa e depósitos	350 775	331 974	5,66%
Total do Ativo	33 822 739	34 214 721	-1,15%
Património Líquido	21 610 714	21 935 760	-1,48%
Património/Capital	42 131 261	42 131 261	0,00%
Resultados transitados	-30 862 269	-29 994 441	2,89%
Ajustamentos em ativos financeiros	124 967	76 128	64,15%
Excedentes de revalorização	218 375	218 375	0,00%
Outras variações no Património Líquido	11 390 466	10 218 703	11,47%
Resultado líquido do período	-1 392 087	-714 266	94,90%
Passivo não corrente	9 724 178	9 936 855	-2,14%
Provisões	150 223	62 025	142,20%
Financiamentos obtidos	2 615 999	2 987 311	-12,43%
Diferimentos	2 098 447	1 785 034	0,00%
Outras contas a pagar	4 859 510	5 102 486	-4,76%
Passivo corrente	2 487 847	2 342 105	6,22%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	64 837	62 559	4%
Fornecedores	920 732	887 838	4%
Estado e outros entes públicos	74 813	66 781	12%
Financiamentos obtidos	257 433	143 030	80%
Fornecedores de investimentos	166 294	234 509	-29%
Outras contas a pagar	895 342	947 389	-5%
Diferimentos	108 396	0	
Total do Passivo	12 212 025	12 278 961	-0,55%
Total do Património Líquido e Passivo	33 822 739	34 214 721	-1,15%

Quadro 15 – Variação das Rubricas Gerais do Balanço entre 2022 e 2023

No total do Ativo verifica-se uma diminuição de aproximadamente 1,15%, mantendo-se praticamente inalterável em relação ao ano anterior.

No Património Líquido verifica-se uma diminuição de aproximadamente 1,48%.

No Passivo, registou-se uma diminuição de aproximadamente 2,14% no Passivo não corrente e um aumento de aproximadamente 6,22% no Passivo corrente, o faz com que o Total do Passivo tenha verificado uma diminuição de aproximadamente 0,55%.

O Quadro 15 também mostra que existiu uma diminuição de aproximadamente 1,15% no Total do Património Líquido e Passivo.

A informação do Balanço é a base para o apuramento dos rácios económico-financeiros, bem como para se aferir o endividamento total do município para efeitos de validação do cumprimento dos limites previstos no RFALEI.

De forma a demonstrar a real situação económico-financeira do Município de Belmonte, procede-se à elaboração de um quadro 16, contendo respetivamente a informação relativa à liquidez e à estrutura do balanço.

Rácios de Económico-Financeiros (%)	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Liquidez Geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	68%	68%	95%	65%
Solvabilidade (Património Líquido/Total do Passivo)	218%	202%	179%	177%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Total do Ativo)	69%	67%	64%	64%

Quadro 16 – Rácios Económico-Financeiros de 2020-2023

Conforme demonstrado no Quadro anterior, verifica-se a existência de oscilações em todos os rácios económico-financeiros, exceto no da Autonomia Financeira.

7.3 Capacidade de Endividamento

O RFALEI estabeleceu com o seu art.º 52º da referida lei que “a dívida global total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios anteriores”. Estabelece ainda a alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo sempre que um município “cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios”.

O Quadro 17 apresenta o apuramento dos limites de endividamento para 2023, bem como a recuperação da sua capacidade de endividamento, cumprindo com os limites da dívida previstos no art.º 52º do RFALEI, nomeadamente com as disposições previstas na alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Apuramento do limite da "Dívida Total" a 31/12/2023		
Total receita cobrada nos 3 últimos anos		22 811 961
Receita corrente cobrada em 2020	7 151 626	
Receita corrente cobrada em 2021	7 580 304	
Receita corrente cobrada em 2022	8 080 031	
Média da receita		7 603 987
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos		11 405 981
Apuramento da Dívida Total		
Dívida total operações orçamentais do Município		9 392 486
20.2 Credores por Transferências	67 337	
20.4 Credores por Emp. Bonificados e Subs. Reembolsáveis	0	
22.1 Fornecedores c/c	420 053	
22.5 Fornecedores - Faturas em receção e conferência c/c	500 678	
22.6 Fornecedores c/ factoring	0	
23 Pessoal	0	
24 Estado e outros entes públicos	74 813	
25.1.1.1 Empréstimos de curto prazo	0	
25.1.1.2 Empréstimos de médio e longo prazo	2 873 432	
25.1.3 Locações Financeiras	0	
27.1.1 Fornecedores de investimentos c/c	166 294	
27.1.2 Fornecedores de investimentos - Faturas em receção e conferência c/c	0	
27.5 Credores por subscrições não deliberadas	0	
27.7 Cauções	8 713	
27.8.5 Sindicatos	495	
27.8.9.2 Outros Credores	5 280 671	
Valores a Abater		255 940
Operações de Tesouraria (valor a abater)	179 193	
Empréstimos Excecionados (valor a abater)	76 747	
Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total		118 271
Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela EMPDS	118 271	
Dívida Total a 31/12/2023 excluindo operações extraorçamentais e empréstimo excecionados		9 254 817
Capacidade de endividamento		
Limite da dívida total da Autarquia calculado a 01/01/2023		11 405 981
Dívida Total a 01/01/2023 excluindo operações extraorçamentais e empréstimo excecionados		9 847 503
Margem Absoluta		1 558 478
Margem utilizável (20% - alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º)		311 696
Limite da dívida total da Autarquia em 31/12/2023 (n.º 1, art.º 52º RFALEI e n.º 1, art.º 2º, Lei 35/20)		10 159 198
Montante da dívida total em 31/12/2023 (excluindo operações extraorçamentais)		9 077 474
Empréstimos/locações financeiras contratados (excluindo excecionados), valor por utilizar		0
Empréstimos/locações financeiras em contratação (excluindo excecionados)		0
Margem Atual utilizável (n.º 1, art.º 52º RFALEI e n.º 1, art.º 2º, Lei 35/20), em 31/12/2023		1 081 724
Empréstimos Excecionados		
Relação de Empréstimos Excecionados RFALEI		76 747
Expansão Praça das Artes	76 747	

Quadro 17 – Limite da Dívida 2023

7.4 Contabilidade de Gestão (NCP 27)

A Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27) estabelece os princípios para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão e os requisitos mínimos para a sua apresentação, conteúdo e divulgação.

De facto, a contabilidade de gestão tem-se revelado de extrema importância, uma vez que permite às várias entidades dispor de melhor informação na gestão dos recursos ao seu dispor, de modo a administrar de uma forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade constitui uma obrigatoriedade prevista pelo SNC-AP (referencial de relato aplicável) e vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

A contabilidade de gestão (CG) destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões.

A Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 estabelece a base para o desenvolvimento de um sistema de Contabilidade de Gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

De seguida divulga-se, informação acerca de cada bem e serviço, dando cumprimento ao estipulado na NCP 27.

Conceito

Os serviços são os centros de custo, através dos quais é possível apurar os custos de Serviços, para onde os materiais, mão-de-obra, máquinas/viaturas, depreciações/amortizações e serviços, são requisitados e imputados.

Serviço - Considera-se um serviço, o conjunto de atividades inerentes aos objetivos do Município, com vista à satisfação das necessidades diretas ou indiretas dos munícipes.

Função - Área de intervenção autárquica, relativa à atividade, em todos os domínios para os quais a Autarquia dispõe de atribuições. Nem todas as funções previstas na lei, são alvo de movimentação pelo seu teor e enquadramento nas competências do Município.

Custos das Funções

A contabilidade de gestão assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, adotando o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo D.L n.º 192 /2015, de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

Assim, pode-se quantificar o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são as funções: gerais, sociais, económicas e outras funções.

Programas	2023
1100 - Serviços Gerais de Administração Pública	640 006
1110 - Administração Geral	3 774 744
1200 - Segurança e Ordem Pública	3 492
1210 - Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	221 945
1 - Funções Gerais	4 640 187
2100 - Educação	593 726
2110 - Ensino Não Superior	800 927
2200 - Saúde	65 348
2320 - Acção Social	323 928
2430 - Saneamento	31 951
2440 - Abastecimento de Água	387 252
2450 - Resíduos Sólidos	547 972
2460 - Prot. do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	114 790
2500 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	45 963
2510 - Cultura	318 973
2520 - Desporto, Recreio e Lazer	572 660
2530 - Outras Actividades Cívicas e Religiosas	10 157
2 - Funções Sociais	3 813 646
3100 - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	25 146
3200 - Indústria e Energia	548 732
3300 - Transportes e Comunicação	613 816
3410 - Mercados e Feira	35 180
3420 - Turismo	427 780
3 - Funções Económicas	1 650 655
4300 - Diversas Não Especificadas	20 087
4 - Outras Funções	20 087
TOTAL	10 124 575

Quadro 18 – Custo das Funções em 2023

Do quadro anterior salienta-se, o peso das Funções Gerais, que representam 45,83% do total dos custos, destacamos o peso da rubrica Administração Geral, sendo que este grupo integra os órgãos da autarquia e os seus serviços de apoio nomeadamente, a área administrativa e financeira, recursos humanos, jurídicos e manutenção e conservação de edifícios considerados nesta função, com custo de aproximadamente 4,64 milhões de euros.

Das Funções Sociais, que representam 37,67% do total dos custos, que apresentam cerca de 3,81 milhões de euros. As rubricas que mais contribuíram, foram o Ensino Não Superior, Educação, Desporto, Recreio e Lazer e o Resíduos Sólidos.

Se analisarmos as Funções Económicas concluímos que representam 16,30% dos custos totais, com um custo de 1,65 milhões de euros, sendo as rubricas de Transportes e Comunicação, Indústria e Energia e Turismo que mais contribuem.

Critérios de imputação dos custos indiretos utilizados

Do total dos custos, existe sempre um grande conjunto de custos que não é possível afetá-los diretamente, havendo, então, a obrigatoriedade de fazer a repartição desses custos indiretos. Os custos indiretos (ou comuns) são aqueles que se podem identificar com mais do que um Bem ou Serviço, ou com mais que uma Função, podendo ocorrer dois cenários:

- Cenário 1 –

Se os Custos, podendo ser atribuídos a mais do que um Bem ou um Serviço, forem, contudo, identificados completamente com uma única Função, está-se na presença de Custos Diretos a Função (mas indiretos aos Bens e Serviços dessa Função).

O valor registado como Custos Diretos a uma Função irá ainda ser repartido como Custos Indiretos de cada Bem ou Serviço dessa Função e corresponde, para cada Bem ou Serviço, à percentagem do total dos respetivos Custos Diretos no total dos Custos Diretos dos Bens e Serviços da Função em que se enquadrem.

- Cenário 2 –

Se os Custos são de tal modo genéricos que nem sequer podem ser atribuídos a uma única Função, está-se na presença de Custos Indiretos a Funções (e, portanto, indiretos aos Bens e Serviços de todas as Funções).

Quanto ao valor registado como Custos Indiretos a Funções que irá ser repartido por todas as Funções e que corresponde, para cada Função, à percentagem do total dos respetivos Custos Diretos no total geral dos Custos Diretos apurados em todas as funções.

Esta repartição de Custos Indiretos ocorre para cada mês, ficando-se, assim, com todos os Custos (Diretos e Indiretos) de Bens/Serviços e Funções.

7.5 Saneamento Financeiro

Na sequência da publicação do Decreto-lei nº 5/2016, de 14 de janeiro, o Município de Belmonte celebrou, em 1 de abril de 2019, um Acordo de Regularização de Dívida com a empresa Águas do Vale do Tejo, SA, no valor global 6.074.387,57 €, pelo prazo de 25 anos.

A celebração deste Acordo de Regularização de Dívida representou um aumento muito significativo das obrigações financeiras de curto prazo, a que acresceu a obrigatoriedade de serem integralmente e atempadamente pagas as faturas emitidas pela empresa, sob pena de serem revertidos os termos do acordo, em especial o prazo de pagamento e o perdão de 30% dos juros de mora vencidos a 31 de dezembro de 2018, no montante de 419.045,14 €.

Considerando o exposto, o Município de Belmonte teve de recorrer ao mecanismo de recuperação financeira no Artigo 58º do RFALEI, ou seja, ao Saneamento Financeiro.

Este ano e atendendo que:

- O Plano de Saneamento Financeiro foi aprovado tendo definido com ano zero o ano de 2020 (ano de utilização do empréstimo).
- O processo de fiscalização prévio do Tribunal de Contas apenas foi concluído em 2021.
- Após aprovação do Plano de saneamento Financeiro o país e o mundo atravessaram um período de pandemia, COVID-19, não tendo sido previsto no referido plano, por impossibilidade de estimativa, o impacto da referida pandemia no orçamento do Município.
- Posteriormente deu-se o início à Guerra na Ucrânia, situação que conduziu ao aumento da inflação e das taxas de juro de referência do Banco Central Europeu.

- Por força destes factos as previsões do Plano de Saneamento Financeiro carecem de ser ajustadas à situação financeira e orçamental do Município.
- Conforme demonstrado na prestação de contas de 2022, o Município de Belmonte readquiriu uma situação financeira equilibrada, passando a registar uma dívida total inferior ao limite definido no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.
- Nos termos do n.º 9 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, “A Câmara Municipal pode propor à assembleia municipal a suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro, se após a aprovação dos documentos de prestação de contas, verificar que o município cumprir, a 31 de dezembro do ano a que estas dizem respeito, o limite da dívida total previsto no artigo 52.º”

Neste sentido propôs a Câmara Municipal, no uso das suas competências (alínea ccc) do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do artigo 59.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ambos na sua atual redação), submeter à Assembleia Municipal, uma proposta de suspensão de plano de Saneamento Financeiro a qual foi aprovado por maioria em Sessão de assembleia a 29 de Junho de 2023.

8. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício, foi negativo no valor de 1.392.086,65€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:

- Que o resultado líquido do exercício no valor de (1.392.086,65€), seja transferido para a conta 56 – “Resultados Transitados”.